

Práticas corporais indígenas inseridas à Educação Física escolar não indígenas

Indigenous corporal practices inserted in non-indigenous school Physical Education

Gédson Cardoso KEMPE¹
Attico Inácio CHASSOT²

Resumo

Em aulas de Educação Física, observa-se práticas corporais alienígenas ao mundo cultural da Escola. Este estudo descreve Pesquisa-Ação, com práticas corporais indígenas em educação física em escolas não-indígenas. Houve tentativas de compreender e utilizar práticas corporais, refletindo sobre padrões culturais, valorizando relações de identidades e pluralidade sociocultural. Avaliou-se práticas corporais indígenas em caminho inverso: ao invés de impor aos indígenas a cultura dita branca, se trouxe a cultura desta escola não-indígena. Dados foram coletados e analisados em perspectiva qualitativa, utilizando-se observação, entrevista. O estudo cumpriu e fez cumprir Leis que disciplinam a trazida de cultura indígena à Escola.

Palavras-chave: Educação Física. Práticas Corporais Indígenas. Formação de Professores. Lei 11.645/2008.

Abstract

In Physical Education classes, one can observe corporeal practices which are foreigner to the cultural world of the school. This study describes Research-Action, with indigene corporeal practices in physical education in non-indigene schools. There were trials to understand and to use corporeal practices, by ponder on cultural standards, by valuing sociocultural identities and plurality relationships. Indigene corporeal practices were assessed conversely: instead of imposing the so-called white culture to the indigenous, their culture was brought in to a non-indigenous school. Data were collected and analysed in qualitative approach, by using observation, interview. The study accomplished and made accomplish laws that discipline the bearing of indigene culture to the school.

Keywords: Physical Education. Indigene Corporeal Practices. Teachers' Formation. Brazilian Law 11.645/2008.

-
- 1 Mestre em Reabilitação e Inclusão - IPA, Professor da Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa do Curso de Licenciatura em Educação Física – GRUEFIS. <www.fcarp.edu.br>. Tel.: (65) 32611314. Email: <gedsonkempe@hotmail.com>.
 - 2 Pós-doutorado pela Universidade Complutense de Madrid, Doutor em Ciências Humanas, Professor-orientador de doutorado da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC). Tel.: (88) 51 99999 4238. Email: <achassot@gmail.com>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 26	n. 62/2	p. 549-567	maio/ago. 2017
----------------	--------	-------	---------	------------	----------------

Introdução

Marcado por extensa vivência na Educação Física Escolar em várias regiões do Estado do Mato Grosso, onde um de nós teve a oportunidade de conviver com diferentes culturas, parece evidente a necessidade de novas estratégias para incrementarmos novas técnicas e formas de competir, novas formas de nos relacionarmos dentro dos esportes.

Este estudo — recorte de uma dissertação de mestrado da qual fomos orientador e orientando — se inscreve na área da Educação, especificamente a Educação Física, e o todo escolar em que está imerso esse componente curricular e visa investigar como as práticas corporais indígenas poderiam ser utilizadas na composição dos currículos da educação física escolar.

De caráter qualitativo, o presente estudo buscou

[...] uma avaliação da relevância política dos grupos e das ideias que vinculam dentro de certa conjuntura ou movimento. Trata-se de chegar a uma representação de ordem cognitiva, sociológica e politicamente fundamentada. Com possível controle ou ratificação de suas distorções no decorrer da investigação. (THIOLENT, 2005, p. 69).

O percurso da investigação foi dividido em três grandes etapas: a) levantamento do material bibliográfico; b) classificação do material selecionado como fonte de pesquisa; e c) proposição de formas de execução e levantamento das informações e resultados finais.

Os sujeitos do estudo foram acadêmicos do 5º Semestre do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Católica Rainha da Paz- FCARP, na cidade de Araputanga-MT, com a faixa etária entre 20 a 40 anos de ambos os sexos.

O estudo foi dividido em três fases a saber:

1ª fase – Situar os acadêmicos acerca dos objetivos da pesquisa e formas que a mesma se realizaria. Aqui foi oferecido aos alunos opção de participar da pesquisa ou não. Após propor a organização de um seminário participativo com os acadêmicos, no decorrer da disciplina de Estágio II, com uma ampla pesquisa bibliográfica, seguida de discussões em sala de aula, sobre a prática corporal indígena, priorizando história cultural, mitos, ritos e execução.

Com o tema, prática corporal indígena, os acadêmicos tiveram a incumbência de elaborar no mínimo dez seções – planos de aula – objetivando verificar as possibilidades de aplicabilidade das práticas corporais indígenas, nos currículos

escolares nas aulas de Educação Física nas Escolas não indígenas, onde os mesmos realizaram a etapa da pesquisa.

2ª fase – Realização de seções de aula, com duração de uma hora/aula, que foram executados em Escolas públicas não indígenas da região geo-educacional onde está a Faculdade onde estudavam os acadêmicos de Educação Física, como atividade de estágio, que em conformidade com o *Cronograma de Supervisão Pedagógico-Avaliativa do Estágio Curricular Supervisionado Fase III – FCARP - Regência: planejamento de planos de aulas e regência de aula* com duração mínima de 40 (quarenta) horas/aula, teóricas e práticas. Para tal, procederam a confecção dos planos de aula, executados nas Escolas públicas não indígenas, como atividade de estágio dos para aulas teóricas, utilizando recursos audiovisuais como slides, vídeos, filmes, documentários, assim como materiais impressos como artigos, livros, relatos e histórias.

Para aprimorar os conhecimentos e o envolvimento acerca das práticas corporais indígenas, foi realizado um Seminário, intitulado: *1º Seminário de Práticas Corporais Indígenas*, aberto a toda a população e acadêmicos, em especial aos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Física, envolvidos na pesquisa, onde foram abordados assuntos referentes às práticas corporais indígenas, através de palestras e mesas redondas, com condução e orientação de membros de várias etnias do estado do Mato Grosso e pesquisadores da temática. Assim como oficinas temáticas sobre as práticas corporais indígenas e apresentação das práticas corporais realizadas e materiais confeccionados.

3ª fase – Ao término de todas as seções, tanto a as teóricas quanto as práticas, os acadêmicos tiveram a oportunidade de, através de uma roda de conversa, expor suas vivências, pontuando os pontos positivos e negativos, e principalmente confirmar ou não a possibilidade de aplicação das práticas corporais indígenas como conteúdo nas aulas de educação física das escolas não indígenas.

Delimitar a FCARP como espaço para a pesquisa, justifica-se por ser esta instituição lócus desencadeador de discussões acerca da diversidade cultural e também de saberes, e de forma mais específica, o local onde há uma maior possibilidade de ter acadêmicos interessados na temática da pesquisa, por serem futuros profissionais da área, ou moradores da região. Outro fato a constatar, foi a necessidade dos cursos formadores de professoras e professores promover e transmitir a cultura brasileira e regional, em suas diferentes modalidades, tornando-a patrimônio de toda comunidade. Deve-se salientar também que um dos autores deste relato de pesquisa é professor responsável por disciplinas de formação pedagógica da Licenciatura em Educação Física, na instituição antes referida.

É importante e oportuno destacar que a educação superior, na região onde a FCARP é polo educacional catalisando diversos trabalhos de extensão comunitária,

exercendo uma forte influência no meio acadêmico e não acadêmico, por meio de ações contínuas dos professores e alunos, combinando dessa forma o ensino, a pesquisa e a extensão, que podemos considerar como pilares para a formação de futuros profissionais. Desta forma a FCARP, se apresentou como um local natural para o desenvolvimento desta pesquisa.

Os instrumentos para coleta de dados foram empregados em duas fases. Na primeira foi utilizada a observação, na segunda foi realizada uma entrevista semiestruturada. As entrevistas aconteceram seguindo um questionário com 15 perguntas abertas, foram realizadas, individualmente, no curso de Educação Física da FCARP. As entrevistas aconteceram logo após o término das sessões de aulas, propiciando aos acadêmicos expor e argumentar sobre sua prática e o *lôcus* da pesquisa.

De posse destas informações, foram comparadas com as práticas corporais brancas, realizadas usualmente na educação física, e buscando suporte teórico/acadêmico nas respectivas bibliografias na tentativa de fazer das práticas indígenas saberes escolares, apresentados como conteúdos da Educação Física.

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, para tanto foi utilizado a observação, entrevista e documentos. Primeiramente a observação que “[...] é chamada de participante porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estuda, afetando-a e sendo por ela afetado” (ANDRÉ, 1995, p. 28). Depois a entrevista tem a “[...] finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados”. E por fim, os documentos “[...] usados no sentido de contextualizar o fenômeno, explicitar suas vinculações mais profundas e completar as informações coletadas através de outras fontes” (ANDRÉ, 1995, p. 28).

Os resultados foram analisados a partir da abordagem qualitativa.

Para a coleta de dados foram percorridos três momentos, a saber:

1. *Roda de conversa*, onde eram traçados caminhos a serem percorridos, bem como os conteúdos das práticas corporais indígenas e materiais que seriam ou poderiam ser utilizados, sempre levando em consideração os escolares e os espaços físicos de cada unidade escolar parceira na pesquisa.
2. *Seminário de práticas corporais indígenas*: contou com a participação do Grupo de Estudo e Pesquisa do Curso de Educação Física – GRUEFIS, vinculado à FCARP, objetivou a vivência de práticas corporais indígenas, com foco na Lei nº 11.645, de 2008 (BRASIL, 2008).
3. *Questionário/observações*: nessa parte da coleta de dados propiciou a efetivação dos anseios anteriores à pesquisa. *Feedback* ímpar, e ao mesmo tempo orientando novos caminhos.

Com o objetivo de identificar as práticas corporais indígenas que poderiam ser inseridas no currículo da Educação Física Escolar em Escolas não indígenas, mais especificamente analisar práticas corporais sistematizadas para compreensão de outras culturas, ponderando sobre identidades e as relações com a pluralidade sócio cultural, assim como avaliar a prática corporal indígena e as contradições com as práticas usuais, desta forma aproximar culturas indígenas com as práticas curriculares de escolas não indígenas.

Este estudo se construiu a partir da experiência, há mais de 19 anos, do então mestrando, como docente da Educação Básica, a vivência com o ensino da Educação Física Escolar em diferentes localidades do Estado de Mato Grosso (MT), em especial, a região dos municípios de Castanheira e Juína onde se encontram aldeias indígenas.

Percebendo possibilidades de um diálogo entre esses saberes, das práticas corporais indígenas com as práticas corporais em Escolas não indígenas por meio de aulas de Educação Física se escolheu este tema para a dissertação de mestrado. Esses são aspectos que nos levaram a propor esse projeto de pesquisa, na intenção de estabelecer uma interação entre as práticas corporais indígenas e a educação física nas escolas não-indígenas.

No convívio cotidiano com conteúdos praticados nas aulas de Educação Física, em específicos conteúdos de esportes e de ginásticas, percebe que suas origens advêm de outros países, por exemplo dos Estados Unidos, o voleibol e o basquetebol ou da Europa, o handebol e o futebol. Estes são distantes de nossas realidades, porém, amplamente difundidos, em nossas escolas. Chega-se ao extremo de muitos relacionarem a própria Educação Física com esses conteúdos, ocasionando direta ou indiretamente a exclusão de alguns que porventura não venham a se identificar com um desses esportes, privando da vivência e os benefícios que a Educação Física pode, quando bem trabalhados, desenvolver. É comum, ao indagarmos nossos alunos sobre o que é Educação Física, ouvirmos a resposta *aula de vôlei, aula de basquete*, enfim, aula de jogar bola.

Remetermo-nos aos esportes de alto rendimento³, não que seja nosso objetivo, mas que certamente poderia ocasionar outros trabalhos. Porém, cita-se aqui, para

3 “O esporte de alto rendimento ou de alta performance é aquele cuja finalidade é de se preparar fisicamente para determinada modalidade esportiva. Seja qual for essa atividade esportiva pretendida, os desafios e dificuldades a serem trilhadas serão bastante similares. O indivíduo que se envolve num esporte de alto nível deve ter em mente duas características importantes em todo o processo ao qual será submetido. Primeiro fator é ter plena disciplina e perseverança nos seus objetivos. Segundo, estar bem claro de que poderá haver grandes dificuldades e que essas deverão ser superadas” (Disponível em: <<http://www.educacaofisica.com.br/esportes/outras-modalidades/esporte-de-alto-rendimento-trazem-beneficios-a-saude-mas-e-preciso-passar-por-um-processo-de-adaptacao-e-disciplina>>. Acesso em: 1 set. 2015).

que se observe, com maior clareza, o abismo existente na realidade vivenciada em nossas Escolas, quer pela questão técnica, quer pela falta ou baixa qualidade de nossos materiais, equipamentos e instalações, com o que é vinculado nas redes sociais e televisiva.

A um dos autores pode ser conferido status privilegiado para propor e desenvolver pesquisa acerca do tema, pois desenvolve atividades profissionais tanto no ensino fundamental e também no médio, além de se envolver, enquanto docente do ensino superior na formação professoras e professores de várias partes da região.

Um de nós, como docente das disciplinas de Jogos Cooperativos⁴, Futebol de Salão, Atletismo e Estágio Curriculares Supervisionado I, II e III, na Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP, no município de Araputanga, onde por meio da cooperação, valorização de valores e respeito a diferenças, se reconhece possibilidades de um diálogo entre esses saberes, de forma não convencional, perfazendo o caminho inverso, ou seja, buscando nas práticas corporais indígenas meios e subsídios para melhorar, nas escolas não indígenas, as aulas de Educação Física.

Com a pretensão de oportunizar aos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Católica Rainha da Paz- FCARP, contato com uma nova possibilidade de saberes científicos, que apesar de serem natos da terra, ainda não fazem parte das práticas corporais aprendidas ou ensinadas dentro das escolas. Também vale destacar as relações e modificações na forma de ver e viver a vida, o que possibilita, quase como um subproduto muito significativo a (re) valorização de parentescos, restabelecendo laços familiares.

Dentro desse universo de esportes, como conteúdo da Educação Física por meio de suas origens europeias e estadunidense, intriga-nos a negligência com a nossa cultura. Esses são aspectos que levaram um dos autores a realizar o Mestrado Profissional de Reabilitação e Inclusão do Centro Universitário Metodista do IPA, colocando no horizonte a intenção de estabelecer inclusão da cultura indígena em Escolas não indígenas.

Não menos relevante, para a preposição deste estudo, a possibilidade de trazer para dentro das escolas, mais especificamente nas aulas de educação física, os saberes primevos, os quais Chassot caracteriza como populares, primitivos ou da tradição. Saber primevo é produzido a partir de práticas sociais de grupos específicos. Pode ser considerado um saber cotidiano, do ponto de vista de um

4 Os jogos Cooperativos são jogos com uma estrutura alternativa onde os participantes jogam uns com os outros, ao invés de uns contra os outros. Joga-se para superar desafios e não para derrotar os outros; joga-se para se gostar do jogo, pelo prazer de jogar. São jogos onde o esforço cooperativo é necessário para se atingir um objetivo comum e não para fins mutuamente exclusivos (BROTTO, p. 54, 2001).

pequeno grupo. De maneira geral eles são importantes para que determinada população viva melhor (CHASSOT, 2008).

Assim, na “[...] busca de *saberes populares*, que correm o risco de extinção, e trazê-los para a sala de aula. Na escola, esses saberes podem ser trabalhados à luz dos *saberes acadêmicos*, para então converterem-se em *saberes escolares*” (CHASSOT, 2014, p.119, grifos do autor), nesta direção realizamos o presente estudo com pretensão de investigar *Práticas corporais indígenas inseridas à educação física escolar não indígenas*, analisando a possibilidade da implantação das mesmas nos currículos escolares e acadêmicos de escolas não indígenas, priorizando a socialização, privilegiando a postura e a cultura dos povos indígenas e enfatizando a relevância para a Educação Física escolar.

A possibilidade da mudança de paradigma e dogmas que envolvem os povos indígenas e suas práticas corporais nos currículos das escolas regulares não indígenas faz-se necessária, assim como a de se ampliar as discussões acerca do tema, por essa razão, se propôs fazer o caminho inverso dos colonizadores jesuítas e outros que se propuseram a aculturar os povos indígenas.

Nessa dimensão, possibilita a Educação Física agregar novos significados, fornecendo subsídios para que os futuros educadores físicos aumentem ou adquiram novos conhecimentos para que compreendam os fenômenos culturais, ambientais e sociais da região onde estão inseridos.

Ao levar os acadêmicos a defrontarem-se com problemas elencados nesse estudo, assim como a sua participação nas discussões preliminares, na realização dos experimentos e na organização de atividades de intervenção, propiciando um aprendizado único, diferenciado, desafiador, capaz de desencadear novas motivações, desta forma podendo tornarem-se agentes transformadores dentro da educação por meio das práticas corporais indígenas.

Houve a procura de um maior aproveitamento de culturas indígenas, reconhecendo e incentivando ações que permitam condições necessárias para completar o processo educativo, possibilitando a participação em diferentes momentos e fases dentro de um processo de socialização e troca de saberes e vivências, primando pelo diálogo e a tolerância, onde todos juntos possam desencadear ações relevantes ao processo de ensino aprendizagem, dentro do contexto da Educação Física, por meio de formas e expressões sociabilizando e difundindo saberes, em especial da cultura indígena.

Para tanto, envolvemo-nos no pensarmos as nossas práticas pedagógicas enquanto educadores envolvidos na formação de professoras e professores. Como já referido neste estudo, pautamos nossas práticas em técnicas, estratégias, metodologias e conteúdos que são de origens europeias ou estadunidenses, que de certa forma, nos leva a reproduzir conhecimentos, que quase sempre são ou

estão longe de nossa realidade, não queremos aqui negar ou desqualificar essas práticas, somente salientar que as mesmas não advêm de nossa cultura, mesmo que atualmente foram adicionadas a esta.

Parece possível afirmar que tal situação não terá um desfecho, sem que haja uma mudança em nossa postura enquanto formadores de futuros professores, uma mudança significativa onde passamos a procurar e propor caminhos, novas formas de pensar e agir. Nessa perspectiva proponho a pesquisa que poderá tornar-se significativa para promover tais mudanças.

Desta forma, sendo menos evasivos no sentido de não adentrar em aldeias e mais efetivos em colocar em prática o que já fora estudado por detentores e experts em culturas indígenas brasileiras, sendo provável que assim se contemple a necessidade de olharmos com novos óculos as práticas corporais indígenas.

Um diálogo onde saberes primevos se fazem saberes escolares

Marcados por algumas incertezas, e, talvez, anunciando propostas alternativas a novas abordagens para a Educação Física escolar, que visem tornar possível um ensino emancipatório, capaz de formar sujeitos críticos e conscientes da realidade de sua comunidade, região e país.

Mesmo colocando-se como *locus* da pesquisa o Oeste do Estado do Mato Grosso, região habitada há séculos por vários povos indígenas, percebemos, no transcorrer de um semestre de atividade docente, acompanhando atividades de Estágio Supervisionado, com alunos do 4º Semestre do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP, que sabíamos muito pouco sobre nossos ancestrais e vizinhos.

Talvez seja importante evidenciar que apesar da Educação Física pertencer à área da saúde, a sua tradição em cursos de licenciatura a colocam neste espaço da educação, faz com que voltemos então à nossa ação nas escolas, por meio do profissional de Educação Física, que pode se tornar o agente promotor das práticas corporais indígenas, enfatizando o trabalho docente do educador físico que vai além da mera repetição de gestos.

As aulas de Educação Física Escolar são essenciais para a formação integral da criança e do adolescente, razão pela qual as mesmas têm caráter obrigatório no currículo escolar. A LDBEN (Lei 9394/96) é explícita: “Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia[...]” e no parágrafo 3º consagra: “A educação física,

integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica” (BRASIL, 1996, p.9).

Por meio da Lei nº 11.645, de 2008, que inseriu alterações na LDBEN buscando valorizar as diferentes matrizes formadoras da cultural brasileira, isto está explícito nos seguintes artigos, nos quais se fez grifos:

Art. 26- A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1 O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a *formação da população brasileira*, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e *indígena* brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2 Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008, p. 1, grifos nossos).

Parafraseado com Chassot (2014) quando propõe que se estimulem os estudantes a buscarem nos saberes primevos o resgate de práticas sob risco de extinção, fica evidente a preocupação com a preservação do conhecimento de maneira similar àquela proposta aqui. O autor completa que “[...] a escola, não obstante, precisa aprender a valorizar os mais velhos e os não letrados como fontes de conhecimentos que podem ser levados à sala de aula” (CHASSOT, 2014, p.122). Evocamos, uma vez mais, a metáfora que esteve muitas vezes presente quando se discutia o tema da dissertação: “Quando um velho morre, é como uma biblioteca que queima” (CHASSOT, 2014, p. 122).

Assim, Chassot (2014, p. 122) diz que “[...] há necessidade de procurar saberes populares, estudá-los – com ajuda dos saberes acadêmicos – e, se possível, torná-los saberes escolares [...]”, para o enfrentamento dos desafios postos por um mundo em transformação no âmbito do trabalho, do conhecimento e das relações sociais. Inserido em uma realidade na qual existem várias etnias indígenas, verifica-se o desconhecimento das práticas corporais dos povos indígenas por parte dos alunos da escola não-indígena. Partindo dessa realidade, parece significativo promover

um diálogo dentro de um processo de socialização e aproximação, e privilegiando a cultura do povo indígena e trazendo-a para dentro da escola tradicional.

Para melhor compreender como as práticas corporais indígenas acontecem e como poderiam ser utilizadas na composição dos currículos da Educação Física escolar, construiu-se uma proposta de Educação Intercultural.

Isso por compreendermos que as “[...] práticas corporais que tradicionalmente compõem os conteúdos de ensino da Educação Física contribuem para desqualificar e até eliminar práticas corporais tradicionais indígenas” (GRANDO, 2004, p. 17), pois na maior parte das situações as práticas corporais propostas são alienígenas ao mundo cultural dos educandos e, muitas vezes, até do mundo dos professores.

Assim, Castro e Neira (2009, p. 235) “[...] entende que a pedagogia da cultura corporal, da mesma forma que as intervenções educativas, não poderão permanecer inalteráveis diante das modificações produzidas no seu entorno social e cultural”. Enfatizam que nesse sentido, cada escola deve desenvolver currículos que levem em conta os fatores que configuraram o surgimento e a reprodução de determinadas práticas corporais, bem como o repertório das manifestações da linguagem corporal que caracterizam os grupos que coabitam a escola.

Aqui é oportuno recordar Chassot (2008) quando afirma a convicção de que há necessidade urgente de se preservar saberes populares, até porque muitos correm o risco de desaparecerem. As práticas corporais indígenas, mesmo que ainda não sejam reconhecidas como saberes populares, porém, oferecem inúmeras contribuições para a formação de nossas sociedades. Aliás, muitas dessas práticas corporais indígenas são ou foram praticadas por nós e por nossos familiares, só que sem a conotação de indígenas, com outros nomes.

É comum ouvirmos relatos por parte dos acadêmicos do tipo: *eu não vou trabalhar na escola, vou ser é treinador*. Certamente muitos dos que ingressam no Curso de Educação Física pensam ou já pensaram assim.

Esse é um bom exemplo e certamente muitos já passaram por esses dilemas, principalmente na atualidade, onde atuar nas Escolas está cada dia mais desafiador por vários fatores não citados aqui, por se tratarem de temas que demandariam outros trabalhos e pesquisas. É explícito que a Educação Física é um componente curricular obrigatório garantido na Lei e integrado à proposta pedagógica da Escola, é uma disciplina formativa e deve ter as mesmas valorizações das demais disciplinas.

Por essa e outras razões, somos tomados por uma quase certeza de estarmos no caminho certo. Devemos ampliar as discussões sobre a Educação Física e suas práticas, para que as mesmas possam ser reconhecidas como uma disciplina formadora, assim como de fato ela deve ser. Ampliar os desafios, propormos práticas inovadoras, nos remetendo a rever nossos conceitos e métodos de ensino.

De qualquer forma, não se pode deixar de citar aqui a tendência esportista dos acadêmicos do Curso de Educação Física. Muitos deles são ex-atletas ou pessoas que tiveram um envolvimento no decorrer de suas vidas com os esportes, por essas questões são conduzidos a Cursos de Educação Física. Fato esse que pode explicar em partes a adoção predominante do conteúdo esportes, nas aulas de Educação Física Escolar. É natural, nos momentos críticos da docência, lançarmos mão do que dominamos ou pensamos dominar.

Talvez um dos maiores desafios desta pesquisa tenha sido propiciar a mudança de olhares dos acadêmicos acerca das práticas corporais indígenas, pois, quase todos tinham visão estereotipada dos povos indígenas, pois foram formados dentro dessa ótica. Fazer o caminho inverso do que habitualmente se faz, foi essencial para essa mudança de postura.

Dedicar-nos à formação de professoras e professores, nos parece no momento, a decisão mais certa, pois dentro de um processo onde se busca a mudança, é crucial que se inicie em nós. Também não queremos afirmar que todo o processo de formação está equivocado, mas sim, enfatizar a necessidade de oportunizar novos saberes, novos conhecimentos que venham acrescentar nessa formação em curso.

Concordamos com Moura (2012, p. 24) “[...] que afirma que as produções científicas baseiam-se em conjecturas sem respaldo de evidências empíricas[...]”, de modo geral, essas produções se caracterizam pela falta de propostas e excesso de denúncias. “O debate se prendeu muito mais em tentar prescrever como deveriam ser as aulas de Educação Física do que buscar saída para sua intervenção” (MOURA, 2012, p. 24).

Através da fala dos acadêmicos, observa-se a necessidade da inserção dos mesmos em novas práticas, novas formas de perceberem a Educação Física, priorizando saberes adormecidos, encobertos por preconceitos, dogmas estereotipados por quem na verdade sempre procurou, de forma unilateral, se impor como dominante. Estabelece-se assim a necessidade de colocar em prática esses saberes, na busca de novas possibilidades para a docência da Educação Física.

Com o transcorrer das observações, na medida em que os problemas se apresentavam, observa-se nos acadêmicos, a falta de uma vivência direcionada as práticas corporais indígenas, local destinado ao fazer pensar, aprender e praticar toda as possibilidades que se desenham através dessa nova prática. Parecia surgir a necessidade de uma nova disciplina nos currículos das Instituições Superiores. Em vários momentos da pesquisa, testemunhamos o total desconhecimento sobre os povos indígenas, dentro e fora da Escola. Ao abordarmos a temática indígena na Escola, é comum sermos indagados sobre os índios. Primeiramente, não deveríamos usar esse termo: índios, uma vez que o mesmo foi uma criação dos colonizadores, para justificar um erro, intencional ou não.

Segundo Melatti (2014) “[...] quando os europeus chegaram à América, deram a seus habitantes a denominação de índios por pensarem estar pisando em terras da Índia” (MELATTI, 2014, p. 31). Verificamos que os escolares não conheciam essa história, nem os acadêmicos estagiários participantes dessa pesquisa.

Um ponto relevante, e que abordamos aqui, é o que Moura (2012) denomina de *intelectualização* da Educação Física. Baseado no conceito de que os profissionais de Educação Física devem adquirir conhecimentos específicos, capazes de serem críticos e detentores de conhecimentos culturais e engajados politicamente.

Segundo o autor, os alunos devem vivenciar as possibilidades de atividades corporais e devem ser instigados a produzirem análises e criações nesse espaço disciplinar. “Para isso, o professor deve ser um conhecedor das especificidades da disciplina e um mediador cultural de alto nível” (MOURA, 2012, p. 52). O rompimento de tabus profissional e intelectual somente será possível com o aprofundamento de estudos sobre as práticas, e a leitura é de fundamental importância.

Na Escola, essas indagações não devem possuir simples respostas, pelo contrário, devem demandar debates e pesquisas, principalmente, dentro das aulas de Educação Física. Os acadêmicos souberam aproveitar tais momentos, aprofundando sobre as práticas corporais indígenas e oportunizando aos escolares serem inseridos nas atividades, pesquisando sobre as práticas, confeccionando os materiais e vivenciando a sua prática. Essas ações nos deixam mais convictos para, mais uma vez, enfatizar a necessidade da inclusão das práticas corporais indígenas nas aulas de Educação Física. Há possibilidades de se elaborar projetos de caráter interdisciplinar, envolvendo toda a comunidade escolar.

Trouxeram para a Educação Física a análise, a discussão, a resignificação e a ampliação dos saberes relativos às práticas corporais indígenas, de forma didática, priorizando o alcance de novos patamares e transformando a busca por novos saberes anseio dos escolares. Faz-se pertinente salientarmos que as práticas corporais indígenas devem ser inseridas nas aulas de Educação Física como um agente facilitador dos saberes, e não como um objeto de imposição e a sua associação a outras práticas podem propiciar a diversificação dos conteúdos, aumentar o interesse dos escolares e consequentemente, sua participação nas aulas de Educação Física.

Desta forma, qualificar nossos acadêmicos, nos parece o caminho a seguir, em especial, após as observações da presente pesquisa, por ver nas práticas corporais indígenas o potencial capaz de promover mudanças de postura e metodologias.

Como se nota, é evidente o desinteresse pelas práticas corporais indígenas, por parte da comunidade escolar, uma vez que como enfatiza Oliveira (2007):

Uma outra situação acontece em datas comemorativas, como o Dia do Índio⁵, por exemplo, no qual as ações pedagógicas a serem desenvolvidas nas aulas de Educação Física - pelo menos nas escolas em que tive contato até hoje como aluno e como professor - contemplam práticas corporais que fazem alusão a um ser humano primitivo, habitante das selvas, etc. É comum, nessa data, a EF encarregar-se da apresentação de algum tipo de dança ou ritual indígena para a escola. As sugestões para os mesmos estão presentes em livros didáticos especialmente elaborados para essas datas comemorativas que, no caso do Dia do Índio, também incluem algumas lutas e jogos sugeridos para as aulas de Educação Física. A visão contida nesses manuais é aquela romântica, do índio como habitante da selva, em constante contato com a natureza, longe do meio urbano e, por isso mesmo, distante dos problemas sociais (fome, miséria, prostituição, violência etc.) existentes nas cidades. (OLIVEIRA, 2007, p. 25).

Pensar as práticas corporais indígenas com esses óculos, seria mais uma vez, diminuí-la, reduzindo a uma mera imagem folclórica essenciais em data comemorativas, onde tem a função de mostrar a escola como um local onde as culturas são respeitadas, principalmente as culturas renegadas. Uma simples prática cultural, fora do processo socioeducativo, os educandos, disseminando estereótipos que atentem aos interesses dos dominantes e aos menos informados, dando uma sensação de saciedade de outras culturas, de civilidade, necessárias à formação de seres *críticos*, que na verdade são apenas reprodutores de estigmas.

Compartilhamos da ideia que

[...] se formos observar como vão se constituindo as diferentes disciplinas, podemos constatar que isso se dá pelo refinamento dos óculos que usamos para olhar o conhecimento. Essa separação não significa 'fim de precisão' de outros ramos do conhecimento. Por outro lado, quanto mais independente quisermos fazer um ramo

5 Índio é uma construção branca, pois, de acordo com Gusmão (2003), os povos indígenas são guarani, avá, terena e outros, mas não são índios. Segundo a autora, chamar todos de índios implica desrespeitar a especificidade de cada grupo, alocá-los em um único *padrão cultural*, desconsiderando o que são de fato e o que pensam sobre si mesmos como componentes de uma história singular de grupo que tem suas próprias marcas, portadoras de significados, sentidos e visão de mundo únicos (GUSMÃO, 2003 apud OLIVEIRA, 2007).

do conhecimento – isto é, que ele se baste por si –, mais esotérico ele se torna, pois, a essencialidade conspira contra a contextualização. (CHASSOT, 2008, p. 4, grifo do autor).

O fato de discutirmos, dentro da Escola, sobre essas práticas ocasionou uma movimentação de várias esferas daquela comunidade escolar. Parece que o professor regente veio até à coordenação e falou sobre um estagiário do Curso de Educação Física que iria ministrar suas aulas naquela unidade escolar e teria como conteúdo as práticas corporais indígenas. Essa por sua vez fez o mesmo percurso com a direção da escola.

Uma nítida mudança de olhar sobre as práticas dos povos indígenas, pois se imagina o ponto de interrogação em suas cabeças, perante o fato de as práticas corporais indígenas nas aulas de Educação Física? O que vai acontecer? Como vai acontecer? Estamos preparados? Temos espaço físico? E os materiais, são suficientes?

Algo aconteceu, houve discussões sobre a prática pedagógica da Educação Física e sobre o que essa prática poderia acarretar. Só nesse fato, podemos considerar que já houve aprendizado, trocas, experiências, novos saberes brotaram.

Nesse ponto, pensamos ser as práticas corporais indígenas, fator que pode propiciar prazer, ao mesmo tempo, se tornar um agente diversificador dos conteúdos da Educação Física, por seu caráter inovador e com resquícios nostálgico, pois podemos reviver novas/velhas maneiras de aprender sobre nossos limites, respeitando o limite dos outros.

Ao contrário do que parece, as práticas corporais indígenas são de fácil aplicabilidade, apresentando inúmeras possibilidades, tais como a confecção de materiais, realização de teatros, coreografias e danças, entre outras, que pensamos poder oportunizar aos profissionais de Educação Física um grande leque de possibilidades e variações, o que fatalmente poderá desencadear um grande interesse pela disciplina. De certa forma, parece possível propor que as práticas corporais indígenas poderão se tornar, caso trabalhada com a seriedade devida uma possibilidade semelhante ao *jogar bola*, atualmente utilizado nas aulas de Educação Física.

Parece que se possa enfatizar, mais perto da realidade vivenciada nos dias atuais, que existem ainda um grande empecilho: o preconceito, que foi construído durante décadas de descaso e desrespeito com relação aos povos indígenas e suas práticas corporais.

Conviver com as diferenças dos outros não pode ser considerado um fardo, tampouco nos esforçarmos para negar a existência de outras culturas, outras práticas, contudo, devemos sim é reconhecer nossa dependência dessas práticas, afinal, mesmo não reconhecendo essas sociedades, vivemos rodeados de práticas pertinentes aos povos indígenas.

(Quase) conclusões

Quando nos dedicamos a esses estudos, desafiadores porque, quase inéditos na realidade estudada, lembramo-nos de citação atribuída a Isaac Newton, talvez um dos maiores gênios da Ciência: *Se consegui enxergar tão longe, é porque me apoiei em ombros de outros gigantes!*⁶ Não sem razão que há um excerto desta frase na abertura Google acadêmico.

Há, aqui, a possibilidade de desencadear um amplo processo de diálogo entre as partes em uma troca de saberes e movimentos inerentes em cada cultura, e por meio das práticas corporais promover uma participação efetiva e de direito de todos os brasileiros.

Observamos que as realidades vividas estão distantes, pois durante a história, houve grande ausência de informações, e grandes conflitos que dilaceraram as culturas dos povos indígenas e promoveram grande preconceito que desencadeou um distanciamento de nossas escolas. Dentro de um processo de socialização entre os povos não indígenas, vemos um total asfixiamento da cultura indígena, onde sempre permeiam a ideia de inferioridade e uma imposição de uma cultura elitizada. Dentro desse processo devemos promover ações que venham realizar o estreitamento e a sutura de todo esse processo.

Propomos canalizarmos esforços no sentido de buscarmos subsídios para sermos capazes de promover novas formas de pensarmos a socialização dos povos indígenas, que sejam pautadas pelo respeito e o resgate de sua cultura, e que propiciem, ao mesmo tempo, meio de sobrevivência que não os obriguem a saírem de seu habitat e que possibilite uma cidadania mais plena.

Aqui recordamos o desafio proposto, já há um tempo por um de nós, “Transformamos a teoria em prática quando, apossando-nos das recomendações de Hobsbawm, nós, educadoras e educadores, assumimos que temos também o ofício dos historiadores: lembrar o que os outros esqueceram” (CHASSOT, 2014, p. 22). O importante historiador britânico Eric Hobsbawm, falecido em 2013, afirmava:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens

6 No Wikiquote, em Português, consta a citação “Se vi mais longe foi por estar de pé sobre ombros de gigantes.” If I have seen further it is by standing on the shoulders of Giant. Disponível em: <pt.wikiquote.org/wiki/Isaac_Newton>. Acesso em: 25 mar. 2016.

de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. (HOBBSAWM, 1995 apud CHASSOT, 2014, p. 122).

Esse comentário reflete que, mesmo sendo a região onde se realizou a investigação aqui descrita rodeada de aldeias e povos indígenas, a comunidade escolar regional apresenta ainda uma visão estereotipada sobre os povos indígenas e sobre sua cultura, por sinal, a compreensão apresentada nos remete a imagens e rótulos impostos pelas mídias ou através das próprias escolas, por meio dos livros didáticos, que na sua maioria apresentam-se distantes de nossas realidades.

Através das observações, nos remete a pensar que educar interculturalmente implica, numa clara e objetiva intensão de desencadear diálogos com troca de saberes, entre os diferentes grupos, cuja cultura e identidade constituam uma permanente busca da construção de uma educação de qualidade.

Os acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Física da FCARP compreenderam e abraçaram a ideia proposta: introduzir as práticas corporais indígenas nas escolas, como uma possibilidade de ampliação e aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem no qual se encontram imersos, aumentando seus conhecimentos relacionados as práticas corporais indígenas. Com isso, observamos a diminuição do preconceito e o aumento do respeito por esses povos, abrindo-se assim a possibilidade de usufruir de novas práticas oportunizando a diversificação de suas práticas pedagógicas.

As práticas realizadas no presente estudo nos evidenciaram outros desafios: a urgente necessidade de produção, com assessorias de pesquisadores e especialistas de diferentes mídias, subsídios didáticos, textos, sobre as práticas corporais indígenas para serem utilizados em sala e também fora dela. Assim, proporcionando o acesso a publicações, como livros, revistas, jornais e fontes de informações e pesquisas sobre as práticas corporais indígenas e toda a atmosfera que as envolve, na busca da efetivação da Lei vigentes e objetivando subsidiar e incrementar a práticas pedagógicas dos professores em sala de aula.

Através da realização do 1º Seminário Sobre as Práticas Corporais Indígenas, descrito na seção *Resultados e Discussões* que fez parte da dissertação da qual este texto é um excerto, passamos a conviver com práticas inovadoras, que podem diminuir as diferenças, e oferecer novas alternativas às práticas corporais usualmente presentes nas aulas de Educação Física. Enfatizamos que, por ter um caráter inovador, essas mudanças devem ocorrer dentro de uma relação pautada em negociações e mediações

que se estabelecem no cotidiano, potencializando momentos de redimensionamento nas relações interculturais, que demandará um período de adaptação.

Trazer a temática das práticas corporais indígenas para dentro da Escola é procurar fazer o caminho inverso ao habitual. O propósito, aqui, foi o de demonstrar, que as práticas corporais indígenas passem a reconhecer os povos indígenas, longe de um senso comum, e considera-los como portadores de uma cultura pura que tem suas identidades sistematicamente negadas.

Encaramos a presente pesquisa como ponto de partida para o ensino crítico da temática indígena pensando na atualidade, desvinculando da ideia de um passado colonial e com ênfase na sua sociodiversidade desmistificando imagens genéricas do índio, e da cultura indígena. Repensando a ideia equivocada da presença do índio apenas na época remotas, problematizando a sua influência nas várias instâncias, no processo de formação de nossas sociedades, enfatizando momentos de convivência entre os povos indígenas e os povos não indígenas.

Apesar de observar vários estudos sobre o assunto, percebe-se ainda uma carência de estudos analíticos aprofundados que evidencie quais conhecimentos teórico-práticos fornecem sustentação didático-metodológica às ações dos profissionais da área, pensados a partir dos objetivos de ensino e respeitando as múltiplas culturas, e que, sobretudo, evidencie claramente que tipo de cidadão crítico se quer formar e inserir na sociedade atualmente marcada pela exclusão e diferenciação social dos sujeitos.

E assim, contribuindo na formação de cidadãos críticos, possibilitando o reconhecimento das diferenças socioculturais existentes no Brasil, estaremos propiciando o reconhecimento dos direitos das sociodiversidades dos povos indígenas. É nesta dimensão que nos encorajamos e somos encorajados por nossos pares para prosseguir meus estudos, tanto contribuído para a melhor implementação de uma nova disciplina, fazendo-a catalisadora de um espaço para a trazida de uma continuação de estudos desenvolvidos nesta dissertação, bem como um de nós definir-se na busca de uma formação doutoral. Estes são sonhos. É preciso fazer realidade de nossas utopias.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: 20 dez. 1996.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 28 mar. 2014.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF. 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 28 mar. 2014.

BROTTO, Fábio. **Jogos Cooperativos:** o jogo e o esporte como um exercício de convivência. Santos: Projeto Cooperação, 2001.

CASTRO, Denise Monteiro de; NEIRA, Marcos Garcia. Cultura corporal e educação escolar indígena- um estudo de caso. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 34, p. 234-254, jun. 2009. Disponível em: <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos_14.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

CHASSOT, Attico Inácio. **Sete escritos sobre educação e ciências.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A pesquisa de saberes primevos catalisando a indisciplinaridade. In: AZEVEDO, José Clovis; REIS, Jonas Tarcísio (Org.). **O Ensino Médio e os desafios da experiência:** movimentos da prática. São Paulo: Fundação Santillana e Moderna, 2014. p. 115-133.

ESPORTE de alto rendimento... **Portal da Educação Física.** 20 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.educacaofisica.com.br/esportes/outras-modalidades/esporte-de-alto-rendimento-trazem-beneficios-a-saude-mas-e-preciso-passar-por-um-processo-de-adaptacao-e-disciplina>>. Acesso em: 1 set. 2015).

GRANDO, Beleni Saléte. **Corpo e educação:** as relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri-MT. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciência da Educação, UFSC, Florianópolis, 2004.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil.** 9. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

MOURA, Diego Luz. **Cultura e educação física escolar:** da teoria à prática. São Paulo: Phorte, 2012.

OLIVEIRA, Rogério Cruz de. Educação física e diversidade cultural: um diálogo possível. **Conexões**: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 5, n. 2, p. 19-30, jul./dez. 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Recebimento em: 21/01/2017.

Aceite em: 07/03/2017.